

## A PESCA NA MARGEM ESQUERDA DO TEJO, DO PORTO ALTO A CHAMUSCA

### INTRODUÇÃO

Inúmeras são as descrições e as referências que a bibliografia caseira tem produzido sobre as actividades que através dos tempos se desenrolaram ao longo do curso inferior do rio Tejo. Geralmente matizadas de belas imagens, onde o quadro natural e a «melancolia dos velhos salgueiros» dispunha os povos da borda-d'água a uma existência pacífica, aprazível e mesmo idílica, glorificados pelo seu «carácter corajoso, aventureiro e trabalhador», o discurso romântico tomou frequentemente como objecto esta extensa área ribeirinha aproveitando e justificando o contraste entre a vida piscatória e as fainas agrícolas largamente dominantes. Poucos são os exemplos que desmistificam aquela visão carregada de hipocrisia e de cinismo e tentam revelar a dura realidade da vida quotidiana quer dos pescadores quer de outros mesteres ligados ao rio. Os avieiros são, deste caso, um exemplo bem flagrante. Sempre apresentados, mais ou menos explicitamente, como personagens quase místicas abraçando periodicamente as «belezas» do Tejo, depois de «longas e aventureiras epopeias», para ali se estabelecerem e criarem raízes, quase nunca as suas condições de vida foram descritas senão como mais um dos belos atractivos da paisagem, não se distinguindo, neste caso, da transparência das águas, da claridade do ar ameno ou das frondosas e verdejantes árvores. As suas miseráveis casas enquadram-se na paisagem como um dado absoluto, onde os habitantes encontravam o conforto e o «apelo saudosista da terra mãe», identificando-se com a melancolia da natureza circundante, pela inevitabilidade do destino e do meio que os acolheu.

Se a ideologia ruralista e retrógrada do Estado Novo foi fértil na produção literária e mesmo «científica» deste tipo de discurso, deixou contudo filtrar algumas obras felizmente mais realistas, que permitiram antever a luta sobre-humana pela vida, levada a cabo pelos pescadores que da Vieira de Leiria eram obrigados, pela fome, a migrar para o Tejo.

Quem hoje passa pelo Ribatejo, ou quem deste tenha mesmo um conhecimento mais profundo, só com muita dificuldade se apercebe da existência de pequenos núcleos de casario dispersos ao longo da margem do rio, alguns

já há longo tempo abandonados, perpetuando a marginalização e a decadência dum actividade de recurso que testemunha, talvez mais do que qualquer outra, a luta pela vida dum povo sempre esquecido e explorado.

O principal motivo do nosso interesse no estudo da pesca fluvial do Tejo advém exactamente do desconhecimento da actividade actual daquelas comunidades que, arredadas das principais vias de comunicação, permanecem hoje como vestígios quase imperceptíveis dum modo de vida tantas vezes «elogiado» pela ideologia dominante no pré-25 de Abril.

Toda a margem esquerda do Tejo que se estende desde as imediações de Alpiarça até Porto Alto, assim como a área próxima das ribeiras e valas que a este rio afluem, está salpicada, aqui e ali, de pequenas comunidades de pescadores-agricultores, cuja morfologia se distingue, naturalmente, da das aldeias tipicamente ribatejanas de há muito tempo dedicadas à agricultura e mais recentemente, principalmente na área mais a sul, receptivas à indústria transformadora resultante da expansão da área metropolitana de Lisboa.

Assim, estes núcleos de pescadores encontram-se mais ou menos individualizados, mais ou menos degradados, consoante as vicissitudes históricas inerentes à sua própria localização, determinadas pelo maior ou menor grau de penetração capitalista e pela capacidade de resposta de cada uma delas a essa mesma penetração.

Quer integradas em aglomerados urbanos ou formando núcleos distintos, foram estudadas 16 comunidades de pescadores (Fig. 1 e 2), que constituem a quase totalidade das existentes na área, na medida em que apenas dois pequenos núcleos quase extintos, localizados nos arredores de Alpiarça, não foram abrangidos (o Toco, na vala de Alpiarça, e a Torrinha, na margem esquerda do rio Tejo, entre Alpiarça e Almeirim).

#### ALGUMAS REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

As referências encontradas acerca da época em que se teriam estabelecido as aldeias de avieiros não são de modo algum satisfatórias e suficientes para se poder traçar uma evolução do seu processo de formação. Com efeito, parece não existir um período nítido de migração maciça dos pescadores da Vieira de Leiria ou da região de Aveiro (Murtosa, principalmente) para as margens do Tejo, mas sim um longo processo de deslocações sazonais que foram progressivamente desembocando no estabelecimento definitivo.

Com efeito, já desde o século XVI existe notícia da deslocação de alguns pescadores para o Tejo, mas fundamentalmente para montante da Chamusca, onde complementavam a sua actividade de pesca com o carregamento e os fretes de mercadorias de uma margem a outra do rio e entre as várias povoações ribeirinhas, na medida em que o rio, como principal eixo de comunicação, atraía a si todo o tráfego comercial anterior à revolução dos transportes. Em 1552, a existência, entre a Chamusca e Abrantes, de 350 barcos atesta a importância daquela actividade e faz prever ou considerar a hipótese de pelo menos alguns de entre eles pertencerem a gente do mar, na medida em que a primeira

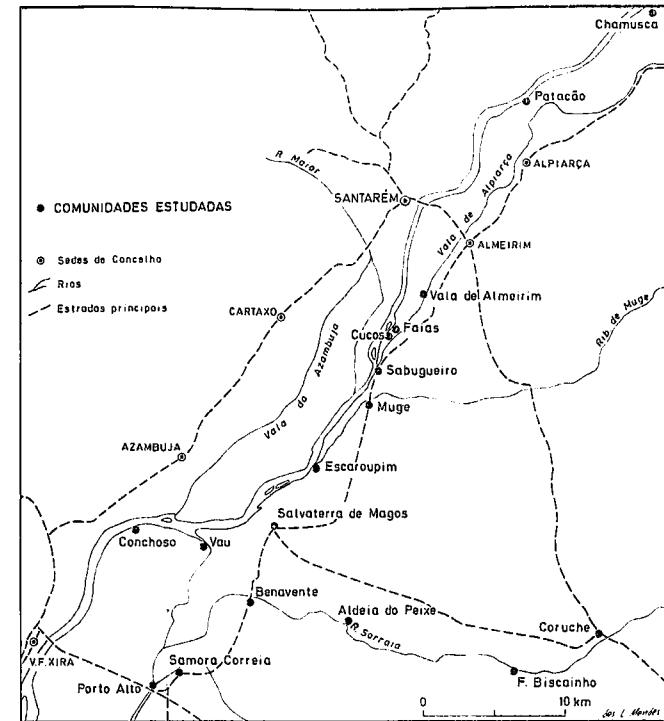


Fig. 1 — Comunidades estudadas

referência mais exacta, de 1821, revela a existência de 802 pessoas dedicadas à pesca entre pescadores indígenas e marítimos.

Para jusante da Chamusca as referências existentes não são, no entanto, elucidativas. De acordo com a informação obtida junto dos pescadores das aldeias estudadas, conseguimos, contudo, detectar um longo período onde as migrações periódicas passaram em muitos casos à localização definitiva. Desde os fins do século passado até aos últimos anos da década de 30 do nosso século, ter-se-ia porventura desenrolado a formação das primeiras povoações mais significativas, como o Conchoso, o Vau (hoje absolutamente decadente), o Escaroupim, o Patacão e o Sabugueiro.

As penosas deslocações de Inverno desde a Vieira de Leiria realizavam-se frequentemente a pé, ao lado da carroça onde transportavam as rédeas e os haveres, ao longo de vários dias; só mais tarde, com a ligação rodoviária entre Leiria e Santarém, os pescadores viram facilitadas as deslocações. Chegados ao Tejo, e até conseguirem edificar o pequeno barraco ou a tosca palhota, à custa de tábuas encontradas aqui e ali, de caniço e de algumas folhas de zinco arrastadas pelas cheias, os pescadores faziam toda a sua vida no barco, o saveiro, onde comiam, dormiam, trabalhavam e tinham os filhos. O seu alimento era invari-

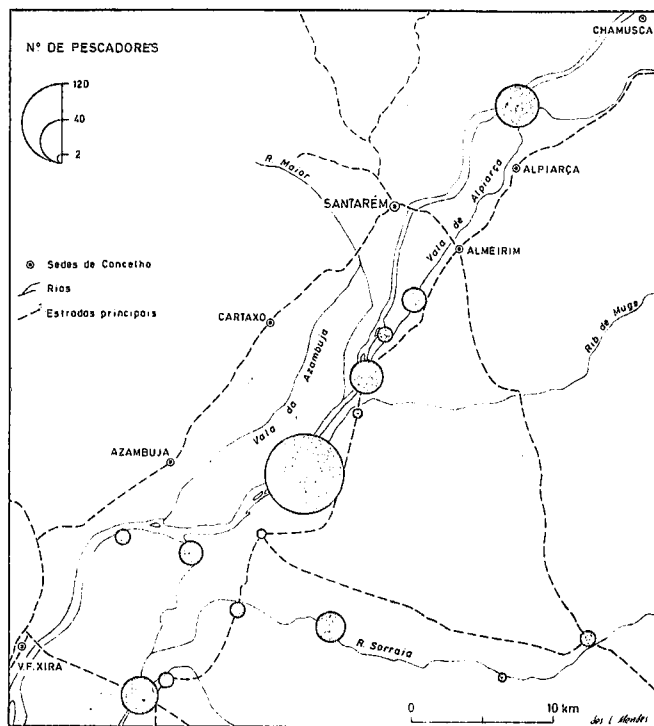


Fig. 2 — Total de pescadores existentes na área estudada

velmente o peixe que pescavam, e só nos dias de festa ou casamento se deliciavam com o sabor da carne. Até se conseguirem estabelecer vagueavam pelo Tejo, procurando junto das margens os melhores locais para lançar as redes. O pescado, quando existia, era vendido nos mercados das vilas circundantes — Vila Franca de Xira, Benavente, Salvaterra, Azambuja, etc. —, o que lhes permitia unicamente sobreviver e garantir um magro pecúlio necessário para a manutenção das redes.

A campanha do sável era-lhes quase indispensável para subsistirem, pois durante algumas semanas vendiam a sua força de trabalho aos proprietários das redes varinas (as grandes redes de mar que pescavam o sável em grande quantidade), ganhando o necessário para poderem construir a sua casa alcandorada, abrigando o elevado número de filhos que sempre tinham.

Só a partir de meados dos anos 50 e princípios de 60, os pescadores começaram a sentir os efeitos da concorrência do peixe do mar, cuja rede de comercialização se alargava extraordinariamente graças à melhoria das condições de transporte e refrigeração. Para além disso, a pesca de arrasto à boca do Tejo e a construção das barragens a montante diminuía visivelmente a quantidade de peixe do rio e sobretudo o sável, de onde colhiam os maiores rendimentos,

Assim, a partir dos anos 60, dois movimentos distintos se iniciaram nas comunidades de pescadores: por um lado, a proletarização periódica na agricultura (monda do arroz, «fazer» as searas, apanhar e vender fruta, sobretudo o melão); por outro lado, a deslocação para jusante (Vila Franca, Alhandra, etc.), onde poderiam continuar só a pescar, pela maior quantidade e variedade de peixe ali existente e pelo mais fácil acesso ao mercado e aos percursos dos intermediários.

Não sabemos até que ponto esses movimentos implicaram o aparecimento de novos núcleos, nomeadamente os localizados mais para o interior, mas conhecemos os efeitos produzidos em algumas aldeias, como o Conchoso, que se viu reduzido em mais de 90 % das famílias de pescadores; de 150 famílias existentes há 20-25 anos, ficaram apenas 4 e só 2 se dedicam hoje, sazonalmente, à pesca. As famílias que saíram tomaram rumos variados e originaram o núcleo existente no Porto Alto, em 1961.

É curioso, no entanto, verificar um outro factor que induziu aquela mudança — as inundações periódicas do Tejo. Afectando principalmente as lezírias e as margens baixas, as cheias destruíam muitas vezes quase completamente aldeias inteiras, deixando apenas as estacas mais seguras. Com o agravamento das condições de mercado, as inundações actuaram como factor decisivo na ruptura com a autarcia da pesca, impedindo a reprodução do ciclo produtivo e impelindo rapidamente os pescadores a procurarem fontes de rendimento alternativas. Actualmente, poucos são os que subsistem apenas da pesca.

#### ESTRUTURAS DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Para fundamentar as análises posteriores, designadamente em relação às interpretações a retirar da estrutura da produção de cada uma das aldeias, torna-se necessário conhecer as várias teorias existentes sobre o modo como o capitalismo se manifesta nos sistemas de produção tradicionais. Estas teorias, basicamente fundamentadas na actividade agrícola, referem-se à pequena produção mercantil, como é, neste caso, a pesca fluvial. A existência de várias teorias pressupõe já uma divergência de opiniões, que advêm principalmente da constatação prática de que nem sempre a penetração capitalista dá origem a uma uniformização das relações de produção, tendo como produto final a empresa capitalista típica (capitalista detentor dos meios de produção e proletários vendendo a sua força de trabalho). Assim, podemos, resumidamente, apontar as principais linhas de pensamento sobre esta questão:

A tese mais clássica dirige-se no sentido de encarar a constituição da empresa capitalista típica, baseada no trabalho assalariado e com elevada composição orgânica do capital, como resultado último da penetração do capital na esfera da produção. A pesca, como pequena produção mercantil, tenderia normal e logicamente a desembocar naquela forma e, conforme a capacidade de reprodução do pequeno pescador, assim este se tornaria inevitavelmente um proletário ou um capitalista. Fácil se tornaria, pois, verificar empiricamente o

grau de penetração do capitalismo pela dimensão ou extensão das formas pré-capitalistas em qualquer formação social.

Uma segunda linha, partindo da verificação da resistência assumida pelo pequeno produtor independente (o pescador) face àquela transição tida como inevitável, recorre a uma pressuposta «coerência interna» de economia tradicional como refúgio à crise capitalista, para concluir que, a par do capitalismo propriamente dito, a articulação do modo de produção capitalista com a pequena produção mercantil não implicaria necessariamente uma etapa para o primeiro, que pode subsistir submetido ao capital, ou seja, o pequeno produtor (pescador) continua dono dos seus meios de produção, mas cada vez mais é subjugado pelo mercado e pelo capital «urbano». A contradição principal da pequena produção mercantil não se centraria na própria luta interna de classes mas entre si e a indústria, entre o campo e a cidade.

A tese mais recente sobre este problema refere que o desenvolvimento do capitalismo na produção tradicional teria de ser visto em função das relações entre esta e o sistema capitalista em geral e não num modo específico próprio ao sector. O carácter irreprodutível e inextensível do espaço fluvial como meio de produção torna-o uma raridade social contrária aos interesses do capital industrial e, por esse motivo, é propositadamente deixado fora do investimento capitalista. A pesca tradicional é, pois, não um resquício de um modo de produção anterior, mas sim a própria forma por excelência que o capitalismo toma, que com ela se articula perfeitamente; e é ela que tem tendência a desenvolver-se e a sobrepor-se à empresa capitalista típica. Evidentemente, o pescador vai-se progressivamente «proletarizando» na mesma medida em que a pesca constitui um sector completamente dominado pelo sistema em geral e neste integrado.

Claro que cada uma destas teorias tem que ser englobada em determinadas condições históricas particulares, pois todas elas partem da observação e do conhecimento cada vez mais profundo da evolução da sociedade e, especificamente, de economia pré-capitalista. Esta, tal como é definida — tem por objectivo satisfazer as necessidades da família sem recurso ao trabalho assalariado —, sofre também grandes alterações com a progressiva submissão ao capital: desde o autoconsumo estrito pré-capitalista à crescente necessidade de recorrer à mecanização e mesmo o recurso ao assalariado eventual para corresponder às exigências do mercado e de se reproduzir, o pescador vai perdendo a sua imagem tradicional para se tornar num empresário capitalista em pequena escala, cada vez mais esclarecido sobre a sua condição, face às relações de exploração a que está sujeito pelo sistema capitalista em geral. Esta situação é decorrente do objectivo da produção dos pescadores: «Como o seu objectivo não é a obtenção de um lucro médio, mas sim a subsistência do seu agregado familiar, a pequena produção mercantil é forçada a produzir cada vez mais para cobrir o seu endividamento e compensar a punção de valor que lhe é feita através dos preços de mercado» (1).

(1) BAUMFELD, C. M.; LEMOS J. — A Agricultura e o Desenvolvimento Regional. BPRU-CEG, N.º 10, Lisboa, 1979, p. 43.

Veremos como estas noções elementares sobre o desenvolvimento do capitalismo no espaço rural nos são importantes para definir a validade das interpretações a que iremos tentar chegar baseados nas informações obtidas, na medida em que só a partir delas se poderão situar claramente, na complexa realidade local, as identidades e/ou diferenças entre as estruturas de produção de cada uma das aldeias estudadas.

### PROPRIEDADE E EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

A propriedade e evolução dos meios de produção utilizados pelos pescadores nas diversas aldeias estudadas são, sem dúvida, dos mais, senão mesmo os mais preciosos indicadores do grau e maneira como a produção em cada uma delas se integra no modo de produção dominante — o capitalista —, determinando, assim, a morfologia das comunidades e a vida material dos seus habitantes. Deste modo, e considerando a sua diversidade e especificidade, iremos referir-nos separadamente aos mais importantes, tendo sempre em conta a diferenciação que a sua diversa utilização provoca nas comunidades em questão.

#### O Espaço Fluvial

Sendo o único meio de produção natural, possui, pois, um carácter bem distinto de todos os outros, que lhe confere uma maior dificuldade de alteração artificial e uma quase impossibilidade, por parte do produtor, de lhe introduzir melhorias. Assim, a degradação que factores como a poluição, a construção de barragens ou o próprio assoreamento do rio têm vindo a provocar na sua fauna fluvial, por naturalmente prejudicar diferencialmente as várias aldeias de pescadores, num sentido norte-sul, ou melhor, de montante para jusante, permite estabelecer perfeitamente um limiar a partir do qual esta insuficiência se atenua significativamente, isto é, o local até onde a maré ainda faz sentir os seus efeitos (um pouco a montante do Escaroupim, perto de Muge).

Deste modo, todas as comunidades que se encontram a norte deste limiar (Sabugueiro, Faias, Cucos, Vala de Almeirim, Patação, Chamusca e ainda, no rio Sorraia, Aldeia do Peixe, Foros de Biscainho e Coruche) só muito dificilmente podem encontrar uma solução para a reprodução do seu ciclo produtivo e, logo, assegurar a mais curto ou mais longo prazo a sua sobrevivência. O caso da Vala de Almeirim é ainda mais flagrante, pois a expansão do jacinto-de-água impossibilita a navegação nesta vala e, portanto, a ligação fluvial dos pescadores desta aldeia com o Tejo, onde há cerca de dez anos ainda efectuavam parte da sua actividade. Por outro lado, e mesmo tendo em consideração o limite acima estabelecido, o espaço fluvial é tanto mais rico quanto mais caminhar-mos para sul, privilegiando, deste modo, e por ordem crescente, as seguintes comunidades: Muge, Escaroupim, Salvaterra, Benavente, Samora, Vau, Conchoso, e finalmente Porto Alto, cujo local de pesca se situa na Ponta da Erva, na confluência do Almansor com o Tejo, ainda cerca de 10 km a sul de Vila Franca de Xira.

Apesar de tudo, a melhoria ou aquisição de outros meios de produção, tais como o barco, o motor ou as redes, pode proporcionar ao pescador a procura de um espaço fluvial mais propício a uma maior rendibilidade da produção, minorando os efeitos derivados da localização de cada uma das aldeias, sem contudo nunca as anular por completo.

### Os Barcos

O barco constitui um dos meios de produção fundamentais para o pescador, visto que a quantidade de pescado conseguida por outro processo que não necessite a sua utilização é, comparativamente, muito reduzida. Não se nota, no entanto, uma grande evolução no tipo de barco ou na sua utilização, pois invariavelmente, de aldeia para aldeia, o «saveiro» continua a ser a embarcação exclusiva dos diversos pescadores, embora o seu estado de degradação e de antiguidade varie, evidentemente e em média, entre as diversas comunidades, diferença essa que posteriormente analisaremos.

A importância de um bom barco reside fundamentalmente na possibilidade da procura de melhores áreas de pesca e, conseqüentemente, no aumento da produção através de uma maior quantidade de pescado. No entanto, o elevado preço de uma embarcação condiciona fortemente a sua aquisição, só efectuada, na área por nós estudada, pelos pescadores de Samora Correia que dispõem actualmente de uma «traineira» cujo risco de investimento só foi possível devido à garantia de comercialização da produção.

O custo anual de manutenção dos barcos é, no entanto, relativamente elevado — 5 a 20 contos —, não se justificando já em algumas comunidades, cujos barcos se vão progressivamente degradando (Coruche, Foros do Biscainho, Muge, Sabugueiro, Vala de Almeirim, Patacão e Chamusca), impossibilitando, a curto prazo, a continuidade da actividade nestas aldeias. Por outro lado, o melhoramento periódico efectuado na embarcação (quer através da pintura e outros processos de conservação, quer, como notámos frequentemente, pela instalação de uma capota em oleado protectora do interior) é ainda característico de todas as outras aldeias estudadas e justificado por uma necessidade premente de aumentar a produção, aperfeiçoando as condições de utilização do barco, com vista à manutenção a médio prazo da sua faina piscatória.

De frisar, ainda, que cada pescador possui, em média, dois pequenos «saveiros», cuja utilização e cuidados dispensados são totalmente diferentes, visto apenas se servir de um para a pesca, destinando o outro a pequenos serviços como a travessia do rio, razão pela qual no Quadro I apenas a primeira embarcação é referida.

### Os Motores

A percentagem, em cada uma das comunidades de pescadores, de motores relativamente ao total de barcos (Fig. 3) é, sem dúvida, dos indicadores mais preciosos para aferir o maior ou menor grau de subjugação de cada uma delas

ao mercado, visto ser o mais caro de todos os meios de produção e, paralelamente, aquele cuja manutenção é também mais dispendiosa.

Efectivamente, todos estes gastos, que acarretam, logicamente, um aumento substancial da produção através de uma possibilidade de extensão da área de pesca e duma minimização do tempo dispendido, só podem ser reavidos com o lucro indispensável à reprodução do ciclo produtivo, através de uma submissão ao mercado, que deste modo se apropria de parte da mais-valia do pescador, mas que lhe permite, simultaneamente, continuar a possuir os meios de produção, criando-lhe a ideia de uma não proletarização, o que evidentemente não passa de um artificialismo. Por outro lado, esta alternativa à proletarização efectiva só é possível nas aldeias que assegurem, em função da sua localização relativamente ao mercado, a venda do excesso da produção.

Como podemos observar no Quadro I, identificam-se três situações distintas quanto à evolução e grau de utilização deste meio de produção nas comunidades estudadas:

1.<sup>a</sup> situação — Encontram-se neste caso os pescadores do Porto Alto, Samora Correia, Benavente e Salvaterra de Magos, onde a totalidade das embarcações está já munida do respectivo motor, cuja aquisição se efectuou entre 1966 e 1974, com maior incidência neste último ano, possibilitando assim aos pescadores a fuga à proletarização na agricultura ou indústria local e assegurando

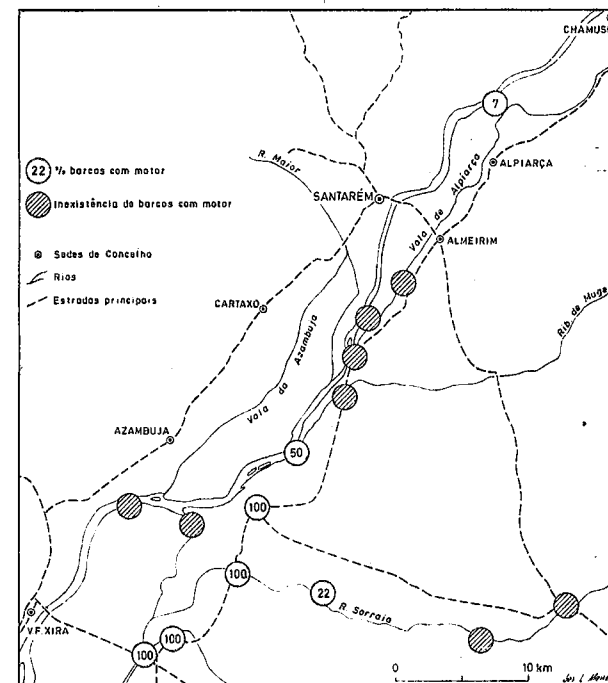


Fig. 3 — Ocorrência dos barcos com motor

QUADRO I  
Barcos e motores

| Comunidades estudadas     | Número de barcos | Origem dos barcos | % de barcos com motor | N.º de anos de existência de motores |
|---------------------------|------------------|-------------------|-----------------------|--------------------------------------|
| Porto Alto .....          | 15               | C                 | 100                   | 15                                   |
| Conchoso .....            | 2                | P                 | —                     | —                                    |
| Vau .....                 | 4                | FA                | —                     | —                                    |
| Samora Correia.....       | 2*               | C                 | 100                   | 7                                    |
| Benavente .....           | 3                | C                 | 100                   | 7                                    |
| Salvaterra de Magos ..... | 1                | C                 | 100                   | 10                                   |
| Aldeia do Peixe .....     | 9                | FA                | 22                    | 5                                    |
| Foros do Biscainho .....  | 1                | P                 | —                     | —                                    |
| Coruche .....             | 2                | C                 | —                     | —                                    |
| Escaroupim .....          | 60               | P, C, FA          | 50                    | 12                                   |
| Muge .....                | 1                | —                 | —                     | —                                    |
| Sabugueiro .....          | 10               | FA                | —                     | —                                    |
| Faias e Cucos .....       | 3                | P                 | —                     | —                                    |
| Vala de Almeirim .....    | 4                | P                 | —                     | —                                    |
| Patação .....             | 23               | P, FA             | 7                     | 15                                   |
| Chamusca .....            | 2                | C                 | —                     | —                                    |

\* 1 traíneira

P — Fabrico próprio  
FA — Fabrico na aldeia  
C — Compra em V. F. Xira

a continuidade, a médio prazo, da faina piscatória, embora, como acima ficou expresso, completamente submetida a um mercado sempre mais exigente e apropriador de parcelas crescentes da mais-valia produzida por cada pescador. Pelo ano de aquisição dos motores podemos estabelecer, em traços largos, quais as primeiras comunidades a serem penetradas pelo modo de produção capitalista, que correspondem, salvo algumas excepções, às mais acessíveis à capital.

2.ª situação — Caracterizada por uma tentativa mais ou menos recente de introdução do motor, processo que se encontra actualmente estagnado, o pescador englobado neste caso não conseguiu, por uma impossibilidade de venda total da produção, evitar a fuga para outras actividades, principalmente o assalariamento agrícola, determinando a curto ou a médio prazo o desaparecimento da pesca. Facto mais notório no Patação e na Aldeia do Peixe é, no entanto, também comum ao Escaroupim, embora de modo muito menos evidente.

3.ª situação — Inexistência de motores e de possibilidades futuras para a sua aquisição. É inevitável a busca de emprego noutra actividade e o consequente desaparecimento, a curto prazo, da faina piscatória. Encontram-se neste caso as aldeias do Conchoso, Vau, Foros do Biscainho, Coruche, Muge, Sabugueiro,

Faias e Cucos (nesta última o abandono já está consumado), Vala de Almeirim e Chamusca.

### As Redes

O tempo utilizado na reparação ou fabrico das redes seria, neste caso, um elemento distintivo das diversas comunidades. Efectivamente, a análise do número de metros de rede fabricada ou comprada constitui, sem dúvida, um indicador da sua evolução, na medida em que a compra só se justifica quando o preço da rede no mercado compensar a diferença entre o valor da força de trabalho incorporada no seu fabrico e o valor da produção que nesse tempo seria possível acrescentar. Para além disso, depois do quase completo desaparecimento da rede varina, a única evolução que se tem registado neste meio de produção tem sido a modificação do material utilizado no seu fabrico, como o caso do *nylon*, que sendo mais resistente possibilita uma menor incorporação de força de trabalho (menor necessidade de reparação).

Infelizmente, o estudo das redes, muito incompleto, não permite uma análise cuidada da diferenciação entre as várias comunidades. Contudo, foi possível verificar que nas aldeias mais a sul, só muito esporadicamente existe fabrico próprio, embora a manutenção seja realizada pelo pescador. Nas comunidades do Vale do Sorraia e no Escaroupim, a par da aquisição no mercado, alguns tipos de redes ainda são fabricados pelo próprio pescador, situação que a norte daquela localidade se torna dominante e quase exclusiva.

### COMERCIALIZAÇÃO

Um dos aspectos básicos a verificar nas diferenças entre as comunidades estudadas são as relações de mercado.

Desde sempre sujeitas à venda do peixe para se reproduzirem, esta submissão tem, no entanto, adquirido modalidades distintas ao longo dos tempos e reflecte-se actualmente numa diferenciação bem explícita no que se refere à influência do centro consumidor mais importante em relação à localização das várias comunidades.

A proximidade relativa da Grande Lisboa possibilita às comunidades do baixo Tejo o limiar de acessibilidade suficiente para garantir a existência dos intermediários a quem vendem o peixe. Na realidade, esse limiar representa a distância máxima que o negociante pode percorrer para poder competir em termos de concorrência com o preço estabelecido no mercado urbano. É bem visível esse limiar se atendermos ao Quadro II e Figura 4. Este facto tem consequências nítidas nas aldeias integradas no circuito dos intermediários e que, portanto, têm garantida em quaisquer condições a venda da totalidade ou quase do seu pescado. Embora sujeitas a evoluções específicas relativas a factores extrínsecos à comercialização e que veremos posteriormente, é significativo o facto de em qualquer das comunidades existentes até ao Escaroupim (que marca esse limiar)